



**AUSTERIDADE ■ CORTES NAS DESPESAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

# Salários baixos castigados no PEC

■ São as famílias que se encontram no terceiro escalão de IRS as que serão mais penalizadas pelas medidas fiscais de contenção do Governo



MARCO CRUZ/USA

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Mais de um milhão de contribuintes com rendimentos entre os 7250 e os 17 979 euros por ano serão fortemente penalizados pelos cortes propostos nas deduções com despesas de Saúde e Educação em IRS, apresentados no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que será hoje entregue, na íntegra, na Assembleia da República para discussão e votação no dia 25, já que o Partido Socialista (PS) recusou adiar a votação daquele documento.

É naquele grupo de contribuintes, com salários entre os 517 e os 1284 euros brutos por mês (contas feitas a 14 meses), que se encontram as famílias que mais recorrem às deduções com despesas de Saúde e de Educação.

Segundo apurou o CM, mais de um milhão de agregados familiares da classe média deduziu despesas de Saúde no IRS de 2008, num valor superior a 234 milhões de euros. O valor médio dessas deduções não vai além dos 202 euros por família.

Em todos os escalões do IRS, este é o que tem mais peso nas deduções com despesas de Saúde.

O mesmo se passa em relação às despesas de Educação. São mais de 403 mil as famílias com rendimentos entre os 7250 e os 17 979 euros/ano que deduzem no IRS despesas de Educação, num valor global superior a 122 milhões de euros. Em termos médios, as deduções em IRS com despesas de

Educação deste grupo de contribuintes não vão além dos 304 euros.

Do lado oposto estão os contribuintes mais ricos, aqueles que ganham mais de 64 mil euros por ano (a que corresponde um ordenado mensal superior a 4600 euros). Neste grupo, pouco mais de 16 mil famílias recorrem às deduções com despesas de Educação que, no total, somam nove milhões de euros.

Já no que respeita à Saúde, mais de 45 mil das famílias com rendimentos superiores a 64 623 euros recorrem à dedução de despesas de Saúde em IRS, com uma despesa total de 20,2 milhões de euros. Cada agregado deduz, em média, 447 euros de despesas de Saúde. ■

**A classe média deduz 202 € em despesas de Saúde**

## VALOR DAS DEDUÇÕES POR ESCALÕES

| Rendimento colectável (em euros) | Educação (em milhões de euros) | Saúde (em milhões de euros) |
|----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Até 4793                         | 5,8                            | 65,4                        |
| De mais de 4793 até 7250         | 29,4                           | 97,7                        |
| De mais de 7250 até 17 979       | 122,8                          | 234,2                       |
| De mais de 17 979 até 41 349     | 94,4                           | 161,9                       |
| De mais de 41 349 até 59 926     | 16,1                           | 30                          |
| De mais de 59 926 até 64 623     | 1,9                            | 3,9                         |
| Superior a 64 623                | 9                              | 20,2                        |

Fonte: Orçamento do Estado 2010. Direcção-Geral dos Impostos.

## DISCURSO DIRECTO

**DOMINGUES DE AZEVEDO**  
Bastonaário da OTOC

“É a classe média a pagar”

**Correio da Manhã – Quem são os maiores prejudicados com os cortes nos benefícios fiscais?**

**Domingues de Azevedo** – É a classe média que paga, disso não há dúvidas. Isto cria uma angústia e temos de lembrar que o sacrifício exigido aos cidadãos também tem de ser feito pelo Estado. Cortar nas despesas supérfluas e outras mordomias.

**– Acredita que o Governo conseguirá cortar o défice para menos de 3% em 2013?**

– Se o Governo não cortar na despesa pública, não chegamos lá. Vamos ter de cortar na Educação, Saúde, Segurança e outras áreas

**– Há alternativas?**

– Não vejo outro caminho a seguir. ■ P.H.G.



## Governo corta no subsídio de desemprego

● O Executivo quer alterar as regras do chamado “emprego conveniente”, revendo a relação entre o subsídio de desemprego e o último rendimento auferido na vida activa do beneficiário, o que pressupõe um corte no subsídio, e impondo uma menor tolerância às recusas de emprego por parte de cidadãos a todos os níveis. A justificação, segundo o ministro das Finanças, é simples: “Sabemos que a conjuntura é difícil, mas temos de exigir de todos um pouco mais de esforço.” O PEC congela ainda subsídio social de desemprego, abonos e complemento social para idosos. ■ P.H.G.